



Gestão & Regionalidade

ISSN: 1808-5792

ISSN: 2176-5308

editoria_gr@online.uscs.edu.br

Universidade Municipal de São Caetano do Sul

Brasil

Brunelle Almeida Freitas, Lara; Ferrera de Lima, Jandir
Municipal development in the differentiated mesoregions of the western Amazon
Gestão & Regionalidade, vol. 38, núm. 115, 2022, pp. 320-336
Universidade Municipal de São Caetano do Sul
Sao Caetano do Sul, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=133475551019>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Desenvolvimento municipal nas mesorregiões diferenciadas da Amazônia ocidental

Municipal development in the differentiated mesoregions of the western Amazon

Lara Brunelle Almeida Freitas¹ⁱ

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2203-1698>

Jandir Ferrera de Lima²ⁱⁱ

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0359-0670>

Resumo

Este artigo analisa a atratividade e a disparidade no desenvolvimento socioeconômico dos municípios que compõem as Mesorregiões Diferenciadas Alto do Solimões e Vale do Rio Acre, ambas localizadas na área ocidental do espaço da Amazônia legal brasileira. A metodologia utilizada foi a estimativa dos índices de centralidade e disparidade regional a partir de dados da população, de crescimento e de desenvolvimento socioeconômico. Os resultados demonstraram que os municípios melhoraram seus indicadores de desenvolvimento humano, mas ainda não conseguiram avançar em emprego e renda. A convergência dos indicadores socioeconômicos foi positiva, demonstrando que as mudanças na estrutura produtiva e social dos municípios, melhoraram sua atratividade e diminuíram as disparidades no desenvolvimento socioeconômico. Contudo, continuam bem significativas, sobretudo quando comparadas inter e intrarregionalmente.

Palavras-chave: desenvolvimento regional; economia urbana; desenvolvimento econômico; Amazônia; Acre; Solimões.

Abstract

This paper analyzes the attractiveness and disparity in the socioeconomic development of the municipalities that comprise the Alto do Solimões and Rio Acre Valley Differentiated Regions, both located in the western area of the Brazilian Amazon. The methodology used was the estimation of the centrality and regional disparity indexes based on population, growth and socioeconomic development data. The results showed that the municipalities have improved their human development indicators but have not yet managed to advance in employment and income. The convergence of socioeconomic indicators was positive, demonstrating that changes in the productive and social structure of the municipalities, improved their attractiveness and reduced disparities in socioeconomic development. However, they remain very significant, especially when compared inter and intraregionally.

Keywords: regional development; urban economy; economic development; Amazon; Acre Region; Solimões Region.

¹ Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Toledo - Paraná – Brasil. E-mail: lara.freitas@unioeste.br

² Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Toledo - Paraná – Brasil. E-mail: jandir.lima@unioeste.br

1 INTRODUÇÃO

Comumente, os termos crescimento e desenvolvimento econômico são empregados como sinônimos; contudo, essa afinidade não é retilínea na realidade social. O crescimento econômico alude aos aumentos de produtividade e da eficiência dos fatores de produção (capital, trabalho, recursos naturais, tecnologia), que refletem na qualidade de vida da sociedade. Além disso, o crescimento econômico está associado à expansão do Produto Interno Bruto (PIB), já o desenvolvimento econômico às melhorias nas condições de vida da população, como acesso à saúde, à educação e ao emprego digno, aliado à redução das desigualdades socioeconômicas. O desenvolvimento capitalista, em especial o brasileiro, ascendeu a uma coletividade cada vez mais desigual, não gerando, necessariamente, o pleno desenvolvimento econômico, o que demanda intervenções cada vez mais territorializadas (HADDAD, 2009; KUHN, 2015; SILVA; FERRERA DE LIMA, 2014; JOYAL, 2019).

Nessa perspectiva, torna-se relevante estudar forças de dispersão e de concentração, ou seja, a centralidade e a convergência da dinâmica do crescimento e do desenvolvimento econômico nas regiões. Essa dinâmica reflete o resultado da ação dos agentes econômicos (empresas, famílias, indivíduos) e da efetividade das políticas públicas auferidas para minimizar as desigualdades regionais e estimular a estrutura produtiva das regiões.

Destacam-se como instrumento de políticas públicas as ações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que, por meio da implementação do Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PROMESO), instituiu 13 Mesorregiões Diferenciadas no território nacional, objetivando minimizar as desigualdades regionais. O PROMESO classificou as “Mesorregiões Diferenciadas” como

espaços contíguos que ultrapassam limites estaduais, configurados a partir de características físicas, econômicas, sociais e culturais similares, que permitem a configuração de um arranjo político-institucional com base em indicadores de desenvolvimento socioeconômico (FERRERA DE LIMA; EBERHARDT, 2010; RESENDE et al., 2017; FERRERA DE LIMA, 2020). Na Amazônia Ocidental, foram classificadas duas Mesorregiões Diferenciadas: Alto do Solimões e Vale do Rio Acre (BRASIL, 2010). Mais que uma classificação, as ações do PROMESO visavam a mobilizar as lideranças locais para indicar e articular investimentos prioritários para melhorar o dinamismo socioeconômico das Mesorregiões.

Diante desse contexto, tem-se o seguinte questionamento: durante as ações do PROMESO, ocorreram mudanças na estrutura produtiva e social dos municípios que melhoraram sua atratividade e diminuíram as disparidades no desenvolvimento socioeconômico da Mesorregião Diferenciada? Para responder ao questionamento, este estudo analisa a atratividade e a disparidade no desenvolvimento socioeconômico dos municípios que compõem as Mesorregiões Diferenciadas Alto do Solimões e Vale do Rio Acre, ambas localizadas na porção ocidental do espaço da Amazônia legal brasileira. Essa análise não pretende avaliar as ações do PROMESO, mas o comportamento em termos de crescimento e de desenvolvimento socioeconômicos dos municípios das Mesorregiões durante a vigência do Programa.

A análise utiliza-se de dados oficiais do Produto Interno Bruto (PIB), da localização da população e do desempenho do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) para estimar indicadores de centralidade e de disparidade regionais no período de 2005 a 2016. Esse recorte temporal marca um ciclo de crescimento expressivo na economia brasileira e a vigência do PROMESO. Mais detalhes

desses indicadores e das Mesorregiões serão apresentados na seção metodológica deste artigo.

Além de contribuir com a discussão em torno do desenvolvimento regional, em particular das Mesorregiões Diferenciadas do Alto do Solimões e do Vale do Rio Acre supracitadas, este estudo também fornecerá subsídios para auxiliar no monitoramento das economias regionais e na avaliação das ações de planejamento e formulação de políticas públicas empreendidas pelo Governo Federal.

Destarte, para atender ao objetivo e à metodologia propostos, o trabalho está estruturado em cinco seções. Na primeira seção, composta desta introdução, apresenta-se uma discussão sobre as mesorregiões diferenciadas para involucrar os processos de desenvolvimento e contextualizar o objeto de pesquisa. Na seção seguinte, é apresentado o referencial teórico que norteia a presente pesquisa, com ênfase nas teorias do desenvolvimento, na PNDR e nas mudanças estruturais que abrangem a população de uma região polarizada. Os procedimentos metodológicos são expostos na terceira seção, enquanto os resultados e a discussão compreendem a quarta seção. Conclui-se com as considerações finais e as referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As teorias do desenvolvimento regional se originaram da teoria da localização e da geografia espacial, cujos elementos basilares são o espaço, onde se encontra as aglomerações, a área de mercado e a sua organização, bem como a distribuição da população nesse espaço. Nessa perspectiva, quanto mais atrativo for o espaço, mais estímulos haverá para novas aglomerações e centralidades (ALVES, 2016; JOYAL, 2019). Contudo, o desenvolvimento econômico não surge ou ocorre simultaneamente em todas as regiões ou municípios, pois se manifesta de forma concentrada em centros de crescimento

econômico marcados pela força motriz da atratividade e campos de força que provocam polarização (PERROUX, 1977).

Sendo assim, a abordagem clássica das teorias do desenvolvimento regional está alinhada à vantagem comparativa, à troca mercantil e aos fluxos espaciais do capital e do trabalho no estímulo à localização das atividades produtivas, em especial exportadoras locais, e da atratividade de população (KÖHLER, 2013; SILVA; FERRERA DE LIMA, 2017; WILLERS, 2016).

Conforme abordado na teoria do lugar central apontada por Walter Christaller (1966) e August Lösch (1954), as cidades são essencialmente centros prestadores de serviços para essas populações e seu entorno regional. No modelo de Lösch, a distribuição das atividades econômicas inter-relacionam-se aos elementos comerciais, de transporte e administrativos que se correlacionam à distância, à produção em grande escala e à concorrência. Para Christaller (1966), a organização urbana no espaço regional decorre de uma hierarquia de lugares desenvolvida por uma conexão entre o urbano e os serviços, ou seja, os setores secundário e terciário. No modelo da centralidade, a rede urbana tem dinâmicas diferentes quanto ao tamanho, à função, à posição espacial relativa e à hierarquia junto à sua região. Na medida em que a atratividade dos centros para novos serviços e atividades de transformação avança, a sua centralidade se fortalece na região em que está inserida (ALVES, 2016).

A existência de lugares centrais está diretamente relacionada a fatores como a densidade demográfica, a renda per capita e as atividades produtivas urbanas. Outro fator significativo é o nível de desenvolvimento socioeconômico da população, que acrescenta demanda por bens mais particularizados e sofisticados (CHRISTÄLLER, 1966; FIGUEIREDO, 2009).

Outrossim, a população tende a migrar com o avanço das atividades que geram oportunidades de emprego e renda, fato que gera uma aglomeração de pessoas em uma localidade e causa um efeito de urbanização (BENKO, 1993; ENDLICH, 2007; RIPPEL; RIPPEL; MICHELON, 2011). Sendo assim, o desenvolvimento regional se distingue pela ampliação do PIB *per capita*, pela alteração na localização da população e pela estrutura produtiva da economia regional (FERRERA DE LIMA, 2020), sobretudo, no aparato de renovação e fortalecimento da rede urbana. Os efeitos demográficos das dinâmicas populacionais decorrem das atividades promovidas pelas aglomerações polarizadoras ditas lugares centrais (STAMM; FERRERA DE LIMA; SANTOS, 2017).

Ressalta-se que, no avanço da teorização do desenvolvimento regional, passaram a ser ponderadas possibilidades legítimas de ações e estratégias de desenvolvimento, o que estimula políticas públicas de desenvolvimento regional e ações mais locais ou endógenas (WILLERS, 2016). Nesse sentido, além das políticas públicas, as estratégias de desenvolvimento endógeno também podem fortalecer as aglomerações e a atração de contingentes populacionais, como as redes de cooperação. Contudo, ressaltam-se limitações na construção de um projeto coletivo efetivo, uma vez que a atuação dos agentes locais depende de sua concreta participação na implementação de ações estratégicas e do reconhecimento dos problemas e particularidades existentes regionalmente (STAMM; FERRERA DE LIMA; SANTOS, 2017; LIMA; FREITAS, 2020).

Historicamente, as estratégias de desenvolvimento regional incluíram sustentação institucional no Estado, sendo muitas das vezes o responsável pelos caminhos que trilhavam as regiões e suas aglomerações, mediante intervenção tanto no ordenamento territorial quanto na regulação das externalidades. Contudo,

atualmente, não se trata apenas de deliberar recursos, mas melhor conduzi-los de forma participativa e distributiva territorialmente com o suporte das coletividades (MYRDAL, 1965; BEUSCHI FILHO; ABRAMOVAY, 2004; FERRERA DE LIMA, 2020; RESENDE et al., 2017). Assim, as novas perspectivas impulsionaram as regiões e sua centralidade mediante a implantação de políticas públicas de desenvolvimento econômico, como promotora de intervenções mitigadoras de disparidades regionais.

Assim, as políticas públicas, a teoria dos polos e as dinâmicas populacionais nos possibilitam compreender as transformações socioeconômicas regionais, pois, entre os efeitos dinâmicos movidos pelas forças motrizes localizadas nos lugares centrais, estão seus efeitos em decorrência das atividades nas aglomerações polarizadoras. Ademais, as relações entre desenvolvimento econômico e aglomeração urbana são intrínsecas, haja vista que refletem fatores de atração e de aglomeração espacial-setorial das atividades econômicas (MARSHALL, 1985; BENKO, 1993). Ou seja, é um processo de transformação histórica e estrutural em situações distintas, cuja abordagem é análoga à perspectiva de progresso técnico e econômico e de avanço nos níveis qualitativos de vida da sociedade (RIPPEL; RIPPEL; MICHELON, 2011).

No Brasil, sob a égide do Ministério da Integração Nacional, atualmente Ministério do Desenvolvimento Regional, destacou-se a criação do PROMESO, na égide das discussões da PNDR, como política pública visando à diminuição das desigualdades regionais e à promoção do desenvolvimento socioeconômico. A relevância do PROMESO equivale ao reconhecimento dos potenciais endógenos das mesorregiões diferenciadas por meio do fomento aos arranjos produtivos locais prioritários e do fortalecimento dos fóruns regionais, estabelecidos nas diretrizes da PNDR (BRASIL, 2009).

O PROMESO estimulou o empoderamento das lideranças regionais por meio dos conselhos e fóruns de desenvolvimento em regiões selecionadas, ditas diferenciadas, ao longo do território brasileiro. Além disso, o PROMESO ampliou as “vozes” das regiões diferenciadas e, de forma participativa, possibilitou reconhecer potencialidades e vulnerabilidades, indicando o encaminhamento de prioridades nas demandas da comunidade em termos de ações e financiamento de infraestrutura e fomento a atividades produtivas (FERRERA DE LIMA; EBERHARDT, 2010; FERRERA DE LIMA, 2020). Dentre as mesorregiões diferenciadas, foram escolhidas as duas localizadas na Amazônia Ocidental: o Vale do Rio Acre e o Alto Solimões. No Brasil, essas mesorregiões estão entre as mais pobres ou estagnadas dentre as mesorregiões brasileiras e encontram-se em um espaço que demanda atenção, tanto pelas suas peculiaridades ambientais quanto pela característica de espaço de fronteira agrícola e fronteira internacional (ALENCAR, 2005; CORTÊS; REIS; RAPOZO, 2020).

3 METODOLOGIA

Nesta seção, apresentam-se a caracterização da área de estudo e os procedimentos metodológicos utilizados para compreensão das dinâmicas

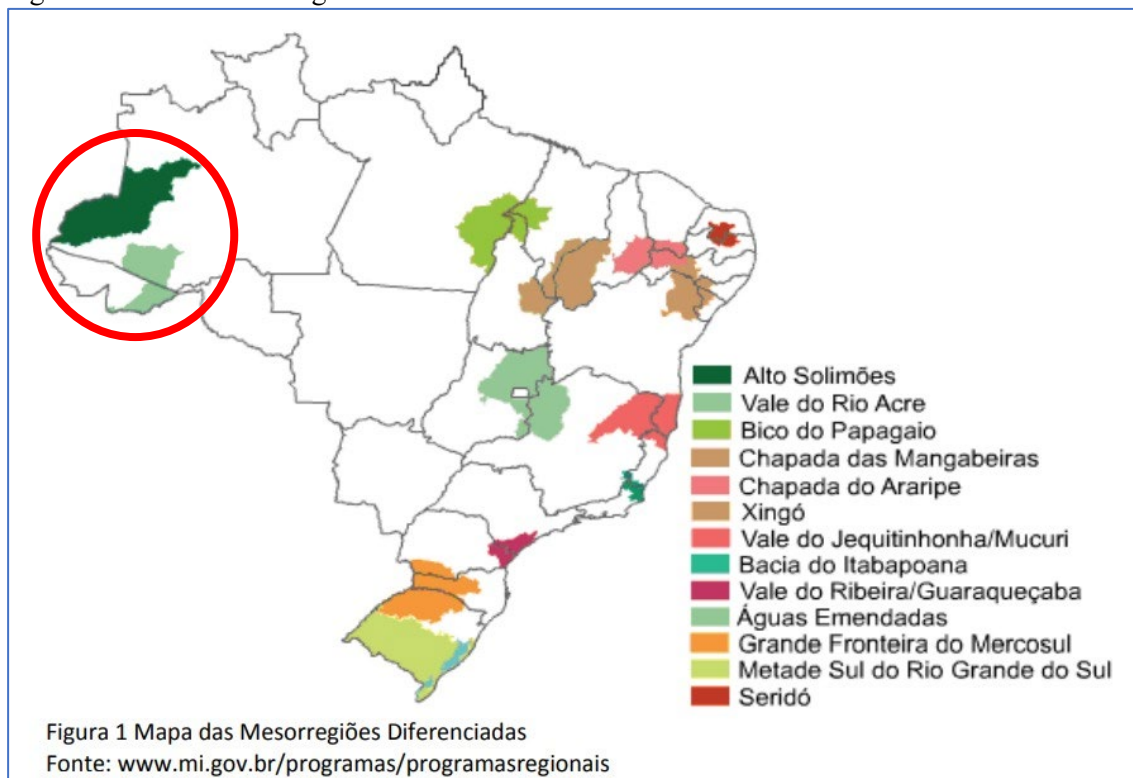
econômica, populacional, do desenvolvimento socioeconômico municipal, de centralidade e de disparidade nas Mesorregiões Diferenciadas do Alto do Solimões e do Vale do Rio Acre.

3.1 Caracterização da área de estudo

As unidades de análise deste estudo são os municípios brasileiros localizados nas Mesorregiões Diferenciadas do Alto do Solimões e do Vale do Rio Acre, cuja abrangência é de 22 municípios. Assim sendo, o Alto do Solimões é representado por nove municípios no Estado do Amazonas, e o Vale do Rio Acre por 11 municípios no Estado do Acre e dois no Estado do Amazonas, selecionados e distribuídos conforme a Portaria Federal nº 954, de 24 de novembro de 2010 (BRASIL, 2010). Ambas as Mesorregiões têm comunidades indígenas e ribeirinhas, e os municípios caracterizam-se por um baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), alto índice de vulnerabilidade social e ineficiência das instituições públicas (ALENCAR, 2005; CORTÊS; REIS; RAPOZO, 2020).

Na Figura 1, apresenta-se o mapa do Brasil com as Mesorregiões Diferenciadas Brasileiras, sendo destacada a localização das Mesorregiões Diferenciadas que compõem o estudo, o Alto do Solimões e o Vale do Rio Acre.

Figura 1 - Brasil: Mesorregiões Diferenciadas - 2010



Fonte: Adaptado a partir do Ministério da Integração Nacional, 2010.

3.2 Procedimentos metodológicos

Esta é uma pesquisa documental/bibliográfica relacionada à coleta de informações em bases de referência da área (GIL, 2002) nos bancos de dados eletrônicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA/IPEADATA), da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (SIDRA/IBGE). O período de análise foi de 2005 a 2016 em função da disponibilidade das informações para todos os indicadores. Além disso, o período de 2005 a 2016 marca um momento de forte crescimento econômico até a retração da economia em 2016. Os dados foram organizados, tabulados e equacionados em planilha eletrônica, *Excel* versão 2010.

Os dados coletados se referem à dinâmica econômica e populacional (população residente por município), de desenvolvimento municipal (Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal) e de

centralidade e disparidade (Produto Interno Bruto) considerando o alcance municipal intrarregional (em relação à Mesorregião Diferenciada) e inter-regional (em relação ao Brasil).

As escolhas dos dados e o procedimento metodológico se baseiam na Teoria do Lugar Central de Christaller (1966). Nessa teorização, o lugar central atua como um *lôcus* de serviços fundamentais para si e para espaços conexos ou regiões complementares, tanto no relacionamento da cidade com o país, quanto do país com a cidade, refletindo melhor a interação mútua. Quanto maior a centralidade, maior será a atratividade das atividades produtivas localizadas na área urbana do município em relação à produção e à localização de população.

Sendo assim, na dinâmica econômica, foram coletados dados dos municípios que compõem as mesorregiões diferenciadas referente ao PIB total a preços correntes, desagregado por setores de atividade econômica urbana (secundário e terciário), ambos deflacionados com base

no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), utilizando o ano referência de 2005. Para as análises e discussões dos resultados, apresentou-se a participação percentual, o *ranking* e a variação média anual municipal inter-regional e intrarregional.

Ressalta-se a utilização de dados, conceitos e metodologia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2020) mediante o uso de série retropolada, ou seja, os valores das séries antigas foram regulados ao novo ano de referência, fazendo com que, no decorrer do tempo, as séries apresentem valores semelhantes ou alinhados (IBGE, 2020). Na série estatística, o setor secundário corresponde à indústria da transformação, extrativistas, da energia e da construção civil; o setor terciário corresponde ao comércio de mercadorias, prestação de serviços, funcionalismo público e a militares. Outrossim, o PIB setorial a preços correntes exclui qualquer imposto e custo de transporte faturado separadamente e inclui qualquer subsídio sobre o produto.

Na dinâmica populacional, considerou-se a população residente e as estimativas populacionais para cada município a partir da extração no banco de dados SIDRA/IBGE (2020) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA, 2020). Para as análises e discussões dos resultados, foram estimados a participação percentual, o *ranking* e as taxas de variação média de crescimento anual municipal inter-regional e intrarregional.

Na dinâmica do desenvolvimento socioeconômico municipal, utilizou-se como parâmetro o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), elaborado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, cuja medida agrega três áreas do desenvolvimento humano, sendo elas: emprego e renda, educação e saúde, a partir de estatísticas públicas oficiais dispostas pelo governo federal brasileiro (FIRJAN, 2020). Para as análises e discussões dos resultados, seguiu-

se a classificação dos municípios no IFDM apresentada na base da FIRJAN (2020): baixo estágio de desenvolvimento, com índice na faixa de 0,00 a 0,399; desenvolvimento regular, com índice na faixa de 0,400 a 0,599; desenvolvimento moderado, com índice na faixa de 0,600 e 0,799; alto estágio de desenvolvimento, com índice na faixa de 0,800 e 1,00.

Ressalta-se a utilização de dados e conceitos do FIRJAN (2020), cuja dimensão educacional é estimada a partir de dados do atendimento à educação infantil, do abandono no ensino fundamental, da distorção idade e série no ensino fundamental, dos docentes com ensino superior no ensino fundamental da média de horas e aula diárias no ensino fundamental, e do resultado do índice de desenvolvimento da educação básica no ensino fundamental. A dimensão saúde é embasada na atenção básica, diante da proporção de atendimento adequado no pré-natal, da internação sensível à atenção básica e dos óbitos por causas mal definidas e infantis por causas evitáveis. E a dimensão emprego e renda é estimada a partir de dados da geração de emprego formal, da taxa de formalização do mercado de trabalho, da geração de renda, da massa salarial real no mercado de trabalho formal, e do Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal. O conjunto dessas dimensões, que formam o IFDM, fornece o quadro do desenvolvimento socioeconômico municipal ao longo do tempo.

Especificamente na dinâmica de centralidade, estimou-se o indicador de centralidade adaptado de Christaller (1966) por Bidarra e Ferrera de Lima (2019), tomando como universo de análise ao contexto intrarregional (Mesorregião Diferenciada) e inter-regional (Brasil), ponderando dados econômicos do PIB total e do PIB urbano nos setores secundário e terciário, bem como os dados populacionais, compreendidos respectivamente na equação:

$$IC = (Yurb \div M) * (Ytot \div Muniv) \quad (1)$$

Em que: IC = Indicador de Centralidade da mesorregião diferenciada; Yurb = PIB urbano (setor secundário e terciário) do município; M = População do município; Ytot= PIB total do município; Muniv = População total da mesorregião diferenciada ou População total do Brasil.

Para interpretar o desempenho dos municípios no Indicador de Centralidade (IC), utilizam-se os seguintes parâmetros: baixo grau de centralidade, quando os valores se situam abaixo de 1,99; grau mediano de centralidade, quando os valores se situam entre 2,00 e 4,99; alto grau de centralidade, quando os valores são superiores a 5,00. Quanto maior a centralidade, maior a atratividade das atividades produtivas urbanas do município.

O desempenho das atividades econômicas urbanas, que são a base desse indicador, parte do pressuposto de que,

quando a variação é positiva, houve crescimento econômico e/ou populacional conexo à dinâmica da economia urbana; quando são considerados baixos, a variação negativa indica que o município tem uma economia arrefecida nos setores secundário e terciário, que são os mais atrativos para a população que busca emprego e renda (BIDARRA; FERRERA DE LIMA, 2019).

Além do Indicador de Centralidade, também se estimou a desigualdade regional por meio do Indicador de Disparidade (ID). O cálculo desse indicador foi apresentado por Houard e Marfouk (2000) e adaptado por Raiher, Ferrera de Lima e Ostapechen (2017) e Oliveira e Ferrera de Lima (2021). Nesse estudo, o ID considera as disparidades entre os IFDMs municipais a partir de sua convergência, ou seja, a sua inclinação ou tendência à mesma dinâmica, conforme a equação:

$$ID = (IFDMi - IFDMmin j) \div (IFDMmax j - IFDMmin j) \quad (2)$$

Em que: IFDMi = IFDM geral do município da mesorregião diferenciada; IFDMmin = menor IFDM do município da mesorregião diferenciada; IFDMmax = maior IFDM do município da mesorregião diferenciada.

Assim, para interpretar a dinâmica da desigualdade regional na Mesorregião Diferenciada, os resultados foram classificados da seguinte forma: convergente ao mais desenvolvido, para resultados acima de 0,30; tendendo à convergência com o mais desenvolvido, para resultados entre 0,19 e 0,29; divergente ou estagnado em relação ao mais desenvolvido, para resultados abaixo de 0,18.

Ressalta-se que esse indicador aponta a convergência de desenvolvimento dos municípios, ou seja, quanto maior o IFDM da Mesorregião Diferenciada,

comparado ao IFDM máximo obtido, mais próximo da unidade mais desenvolvida no contexto da Mesorregião ele se encontrará (RAIHER; FERRERA DE LIMA; OSTAPECHEN, 2017; OLIVEIRA; FERRERA DE LIMA, 2021). Nesse sentido, tanto o IC quanto o ID apontarão se no espaço da Mesorregião Diferenciada, durante as ações do PROMESO, ocorreram mudanças na estrutura produtiva e social dos municípios que melhoraram sua atratividade e desenvolvimento socioeconômico. Os resultados para o comportamento do PIB, população e os dados do IC serão apresentados de forma textual focando os resultados mais significativos. Os resultados do ID foram apresentados em tabelas e de forma textual.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção, serão apresentados e discutidos os resultados das dinâmicas econômica, populacional e do desenvolvimento socioeconômico municipal, de centralidade e disparidade nas Mesorregiões Diferenciadas do Alto do Solimões e do Vale do Rio Acre.

4.1 Centralidade e Disparidade na Mesorregião Diferenciada do Alto do Solimões

Na dinâmica socioeconômica dos municípios pertencentes à Mesorregião Diferenciada Alto do Solimões, têm-se algumas considerações importantes em relação ao desempenho dos municípios em termos de crescimento econômico, ou seja, crescimento do PIB. Intrarregionalmente, os resultados da pesquisa apontaram que Atalaia do Norte, Benjamin Constant e São Paulo de Olivença foram os municípios que melhoraram suas posições na participação do PIB em relação à Mesorregião. Enquanto isso, Fonte Boa, Santo Antônio do Içá e Tonantins perderam participação percentual no período de 2005 a 2016. Amaturá, Jutai e Tabatinga permaneceram na mesma posição entre 2005 e 2016.

O destaque negativo foi do município de Fonte Boa, que passou da 2ª para a 7ª colocação no *ranking* regional, perdendo participação percentual e expressividade. Nesse sentido, Carvalho (2010) informa que o município tem infraestrutura básica urbana, posição estratégica central entre as bacias do rio Jutai e Japurá e intenso processo de produção e comercialização envolto à pesca do Pirarucu. Contudo, devido às transformações provenientes do fenômeno “manejo sustentável”, sua articulação ocorreu de maneira desigual e dependente das políticas de tributação e de transferência de recursos, externalidades que implicam perdas para a economia do município.

Já Tabatinga é o município de maior relevância econômica, superando os demais

em importância na geração de riqueza. Em contrapartida, Amaturá foi o município que apresentou menor expressividade. A disparidade entre ambos, em termos de participação do PIB, foi significativa devido à infraestrutura básica urbana que o município dispõe para viabilizar e inviabilizar as atividades econômicas na agropecuária, indústria, administração, educação e saúde pública (ALENCAR, 2005).

Ademais, inter-regionalmente, a Mesorregião Diferenciada Alto do Solimões é pouco expressiva na geração de riqueza quando comparada ao PIB do Brasil, sendo Tabatinga o município destacado, mas aquém de 0,01%. Tabatinga também concentra 25,1% de toda a população da mesorregião, sendo o principal centro de referência administrativa e de prestação de serviços essenciais de vários municípios. Sendo assim, é um lugar central significativo, uma vez que se manifesta mais dinâmico tanto economicamente quanto pelo seu contingente populacional, corroborando com a teoria dos lugares centrais e polarização apontadas por Christaller (1966) e Perroux (1977).

No mesmo contexto, a variação média anual do PIB total da Mesorregião entre 2005 e 2016 não foi expressiva, embora tenha acrescido principalmente no município de Atalaia do Norte, que tem importância estratégica devido à sua localização fronteiriça com a Colômbia e o Peru (REIS et al., 2020).

Observou-se também que, em Atalaia do Norte e Santo Antônio do Içá, a dinâmica do setor terciário se transferiu para o primário no período. Essa mudança é explicada por Rubim (2016) e Reis et al. (2020) como resultado dos fluxos demográficos marcados pela demarcação de terras indígenas e a exploração mais intensiva dos roçados e extrativismo florestal. Em uma dinâmica de crescimento econômico diferente, Amaturá distribuiu de maneira proporcional sua participação do setor terciário para os setores secundário e

terciário devido à comercialização de pescados na calha do rio Solimões (MORAES; SCHOR; GOMES, 2010), todavia ainda inexpressiva, aquém de 3% do PIB total da Mesorregião Diferenciada Alto do Solimões. E Fonte Boa também chamou a atenção devido à transferência proporcional da sua dinâmica econômica do setor primário para os setores secundário e terciário, o que corrobora a estrutura preconizada por Silva e Ferrera de Lima (2014). Os estudos de Carvalho (2010) explicam essa ruptura estrutural na economia devido à intensa dinâmica da cadeia de produção, de processamento e de comercialização de pescado, que ocorreu em Fonte Boa ao longo do tempo.

No tocante ao Indicador de Centralidade, intrarregionalmente Tabatinga se destacou intrarregionalmente como o lugar central mais importante da Mesorregião Diferenciada Alto do Solimões (Tabela 01). Observou-se também que os municípios Benjamin Constant, Jutai e Tabatinga exibiram alto grau de centralidade, indicando a existência de atratividade. Além disso, visualizou-se um aumento significativo no grau de centralidade de 2005 para 2016, corroborando com a ação de forças de atração apontadas por Christaller (1966), Perroux (1977) e Ferrera de Lima (2016), que, neste estudo, são forças provenientes da atratividade populacional e da geração de riqueza nos setores urbanos, sobretudo em Tabatinga. Inter-regionalmente, é baixa a centralidade da Mesorregião Diferenciada Alto do Solimões quando comparada ao Brasil, variando entre 0,002 e 0,011. Ou seja, as transformações internas na estrutura econômica e na distribuição da população na Mesorregião ainda não foram suficientes para colocá-la em destaque frente à dinâmica regional brasileira.

O desempenho do PIB e do Indicador de Centralidade está baseado no crescimento econômico. No tocante ao desenvolvimento socioeconômico, intrarregionalmente, o IFDM geral do Alto do Solimões apontou um desenvolvimento

regular. A variável emprego e renda decresceu para a maioria dos municípios entre 2005 e 2016, apresentando um desenvolvimento baixo, exceto para o município de Tabatinga, que apontou um desenvolvimento regular. Ademais, Petry et al. (2020) afirmam que, nos municípios mais populosos, há a dependência de subempregos ou da ajuda financeira das prefeituras e programas sociais. Ou seja, a dinâmica econômica tem afetado o desempenho dos municípios na melhoria das condições de vida da população.

A variável saúde na maioria dos municípios apontou tendência ao desenvolvimento, exceto nos municípios de Atalaia do Norte e Jutai, que permaneceram com um baixo estágio de desenvolvimento. Sendo assim, Amaturá, Benjamin Constant, Santo Antônio do Içá e São Paulo de Olivença apresentaram desenvolvimento regular, enquanto em Fonte Boa e Tabatinga o desenvolvimento foi moderado. Segundo Petry et al. (2020), Tabatinga e Benjamin Constant abrigam os principais hospitais da mesorregião Diferenciada Alto do Solimões que prestam serviços para toda a comunidade. Contudo, Alencar (2005) e Calegare et al. (2013) chamam a atenção para a necessidade de implementação de políticas públicas, sobretudo, destinadas à educação e à saúde em municípios como Amaturá e Jutai, cuja prestação de serviços sociais básicos é insuficiente para as comunidades.

Já a variável educação foi a que melhorou de forma significativa entre os anos 2005 e 2016, sendo que Amaturá, Benjamin Constant, Santo Antônio do Içá e Tabatinga apresentaram desenvolvimento moderado e os demais municípios apresentaram desenvolvimento regular. De acordo com Petry et al. (2020), Tabatinga se distinguiu como referência pelo fato de abrigar unidades das principais Instituições de Ensino Superior do estado, a exemplo da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e pela adoção da política dos polos de educação.

Inter-regionalmente, observou-se que o IFDM dos municípios do Alto do Solimões, quando comparados ao IFDM do Brasil, apresenta desenvolvimento regular

para as variáveis educação e saúde e baixo desenvolvimento para a variável emprego e renda.

Tabela 01 - Indicador de Disparidade dos municípios da Mesorregião Diferenciada Alto do Solimões no estado do Amazonas - Brasil- 2005 e 2016

Município	ID 2005	Classificação	ID 2016	Classificação
Amaturá	0,37	Convergente ao mais desenvolvido	0,58	Convergente ao mais desenvolvido
Atalaia do Norte	0,39	Convergente ao mais desenvolvido	0,41	Convergente ao mais desenvolvido
Benjamin Constant	0,46	Convergente ao mais desenvolvido	0,64	Convergente ao mais desenvolvido
Fonte Boa	0,35	Convergente ao mais desenvolvido	0,51	Convergente ao mais desenvolvido
Jutaí	0,26	Tendendo à convergência	0,32	Convergente ao mais desenvolvido
Santo Antônio do Içá	0,37	Convergente ao mais desenvolvido	0,60	Convergente ao mais desenvolvido
São Paulo de Olivença	0,80	Convergente ao mais desenvolvido	0,55	Convergente ao mais desenvolvido
Tabatinga	0,23	Tendendo à convergência	0,60	Convergente ao mais desenvolvido
Tonantins	0,23	Tendendo à convergência	0,61	Convergente ao mais desenvolvido

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE (2020a) e IPEADATA (2020).

Com relação às disparidades internas e à convergência dos municípios em termos de desenvolvimento socioeconômico, os resultados são apresentados na tabela 01. Regionalmente, os municípios da Mesorregião Diferenciada Alto do Solimões apresentaram um desempenho como convergentes ao mais desenvolvido, todavia, cabe ressaltar que, em 2005, Jutaí, Tabatinga e Tonantins estiveram tendendo à convergência. Observa-se, ainda, que os municípios que apresentaram alto e mediano grau de centralidade indicaram a existência de polarização, sendo que o desempenho do PIB sofreu poucas variações.

4.2 Centralidade e Disparidade na Mesorregião Diferenciada do Vale do Rio Acre

Em 2005, a população estimada da Mesorregião Vale do Rio Acre era de

477.598 habitantes. Porém, em 2016, a população chegou a 587.750 habitantes, aumentando 23% no período. Rio Branco é o município mais populoso da Mesorregião, comportando, em 2016, 64,2% da população total. Em relação ao Brasil, essa população representava apenas a 0,189% da população nacional. Em contrapartida, o município de Assis Brasil também, em 2016, correspondia ao último município mais populoso da Mesorregião, representando 1,2% da população total da Mesorregião e 0,003% da população total do Brasil.

Intrarregionalmente, os resultados da pesquisa apontaram que, além da população, no Vale do Rio Acre, o município de Rio Branco lidera com 73% na participação do município em relação ao PIB regional. Rio Branco apresenta a maior população e concentra o melhor desempenho econômico, fato que reforça a tese de concentração espacial do

desenvolvimento econômico em polos ou lugares centrais, apontada no estudo de Christaller (1966), Perroux (1977) e Ferrera de Lima (2016).

Os municípios de Plácido de Castro, Senador Guimard, Xapuri e Boca do Acre perderam participação percentual em relação ao PIB da Mesorregião no período de 2005 a 2016. Já Senador Guimard destacou-se negativamente, pois passou da 2ª para a 5ª colocação no *ranking* regional na participação no PIB. Brasiléia, Epitaciolândia e Porto Acre, por outro lado, foram os municípios que melhoraram suas posições. Destaca-se que o município de Epitaciolândia passou de 6ª para a 2ª colocação no *ranking* regional, seguido por Brasiléia, ambos ganhando participação percentual e expressividade. Segundo Silva (2017), Epitaciolândia e Brasiléia ganharam dinamismo econômico regional depois da construção da “*Carretera Interoceânica*” ou “Estrada do Pacífico”. Essa estrada, finalizada em 2010, conecta os principais portos brasileiros, na parte ocidental do território, aos peruanos, no Pacífico. A intervenção integrou zonas agrícolas produtivas, áreas voltadas ao comércio, sobretudo de exportações, e favoreceu o turismo local (SANCHEZ-AREVALO; MERLO, 2020). Essa rota logística facilitou o escoamento da produção e o comércio de exportações, em partes, também favorecido pela implantação parcial dos termos de Área de Livre Comércio na área fronteira, ou seja, esses acontecimentos influenciaram na expressiva participação dos municípios em relação ao PIB da Mesorregião Diferenciada Vale do Rio Acre.

Inter-regionalmente, a Mesorregião Diferenciada Vale do Rio Acre é pouco expressiva na geração de riqueza, quando comparada ao PIB do Brasil, sendo Rio Branco o município destacado, mas aquém de 0,2%. Mesmo assim, ponderando a evolução do PIB entre 2005 e 2016, a variação média anual do PIB total dos municípios não foi expressiva. Contudo, para os municípios acreanos, a média de crescimento econômico foi maior em

relação aos municípios amazonenses. Tal desempenho é explicado pelo fato de Rio Branco concentrar geração de riqueza e população em relação ao Vale do Rio Acre e do Alto do Solimões. Ao longo do período, Rio Branco ampliou a participação do setor terciário em relação ao setor secundário. Amaral e Ferrera de Lima (2018) já haviam constatado essa situação e apontaram o declínio do parque industrial do município e ao crescimento expressivo da empregabilidade na administração pública, serviços ligados à construção civil e em *calls centers* como fatores explicativos. Mesmo assim, no período, ocorreu a implantação de agroindústrias de suíno, aves, peixes e madeira em Rio Branco, associando esses acontecimentos ao aumento do emprego formal nos municípios de Rio Branco e Senador Guimard. Ou seja, a expansão agroindustrial não criou empregos formais na mesma magnitude que o setor terciário de Rio Branco. Santos Jr et al (2011), contudo, chamam a atenção para o efeito encadeador da agroindústria e sua capacidade de estimular a renda das populações de menor qualificação profissional, melhorando a demanda de bens e serviços.

A participação do PIB primário de cada município em relação ao PIB primário da Mesorregião Diferenciada Vale do Rio Acre demonstrou que Assis Brasil, Plácido de Castro e Xapuri e Boca do Acre foram os municípios nos quais o PIB do setor primário apresentou menor expressividade, em partes, em face das dificuldades relacionadas ao escoamento da produção, às condições edafoclimáticas e aos conflitos sociais e territoriais (AMARAL; FERRERA DE LIMA, 2018).

Já Acrelândia, Bujari, Capixaba e Pauini são os municípios que melhoraram posição no *ranking*. Destaca-se que Acrelândia apresentou relevante participação em face da produção e da exportação de banana comprida (NASCIMENTO; CARVALHO; SANTOS, 2008), e que os assentamentos

realizados pelo estado em Bujari, somados à implementação do Programa de Aquisição de Alimentos no Estado do Acre, contribuíram para ampliar a agricultura familiar, além do fato de Bujari e Capixaba serem os maiores produtores de leite no estado (AMARAL; FERRERA DE LIMA, 2018). Os municípios de Brasília, Epitaciolândia, Rio Branco e Senador Guimard mantiveram suas colocações, ou seja, não apresentaram variação expressiva.

Intrarregionalmente, o Indicador de Centralidade reforçou a posição do município de Rio Branco, que se destacou como importante polo, mas também apontou o fortalecimento dos municípios de Brasília, Epitaciolândia, e Senador Guimard, que exibiram uma centralidade ascendente, indicando a existência de atratividades. O aumento significativo no grau de centralidade corroborou com a ação de forças de atração apontadas por Christaller (1966), Perroux (1977) e Ferrera de Lima (2016). Ou seja, no Vale do Rio Acre, as forças de atração são provenientes das concentrações populacionais, geração de riqueza concentrada nos setores urbanos e dos fluxos migratórios fronteiriços. Porém, inter-regionalmente, é baixa a centralidade da Mesorregião Diferenciada Vale do Rio Acre quando comparada ao Brasil, com representação aquém de 0,35%.

Se a Mesorregião Diferenciada Vale do Rio Acre conseguiu avançar em dinamismo econômico, o mesmo não ocorreu em termos de desenvolvimento econômico, pois os índices de desenvolvimento municipal no tocante a emprego e renda formais ainda são relativamente baixos. O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal da Mesorregião de modo geral apontou um desenvolvimento regular, todavia, a dimensão emprego e renda decresceu para a maioria dos municípios entre 2005 e 2016, apresentando um desenvolvimento baixo.

Silva (2017) e Amaral e Ferrera de Lima (2018) apontam a crise econômica ocorrida a partir de 2008, a necessidade de pouca mão de obra demandada pelos pequenos agricultores no setor primário, as demissões posteriores às construções civis no setor secundário e a descontinuidade dos empregos na administração pública, que interferiram diretamente na geração de emprego formal.

No tocante à educação e à saúde, constatou-se um desenvolvimento moderado para a maioria dos municípios entre 2005 e 2016, exceto Assis Brasil, que apresentou desenvolvimento regular. Conforme apontado por Jakob (2011), Silva (2017) e Amaral e Ferrera de Lima (2018), é preciso observar a tendência migratória pendular de cidades fronteiriças como Assis Brasil, Brasília, Epitaciolândia e Xapuri na busca por infraestrutura de educação e saúde.

Com base na teoria de Christaller (1966), sugere-se que, por agregarem a maioria da população e concentrarem geração de riqueza, caracterizar-se-ia a polarização, mas os municípios vizinhos às áreas mais “prosperas” são os menos desenvolvidos e mais díspares, reflexão que será ponderada no Indicador de Disparidade.

Na tabela 02, percebe-se que a maioria dos municípios da Mesorregião Diferenciada Vale do Rio Acre estão convergentes ao mais desenvolvido, exceto o município de Porto Acre, que se apresentou divergente ou estagnado. Cabe ponderar que o município de Porto Acre apresentou grau mediano de centralidade, todavia, ainda que fosse baixo o grau de centralidade, indicando a inexistência de polarização, o desempenho do PIB sofreu muitas variações, inclusive perdendo participação do ano de 2005 para o ano de 2016.

Tabela 02 - Indicador de Disparidade dos municípios da Mesorregião Diferenciada Vale do Rio Acre – Brasil - 2005 e 2016.

U F	Município	ID 2005	Classificação	ID 2016	Classificação
A M	Boca do Acre	0,38	Convergente ao mais desenvolvido	0,48	Convergente ao mais desenvolvido
	Pauini	0,48	Convergente ao mais desenvolvido	0,36	Convergente ao mais desenvolvido
AC	Acrelândia	0,52	Convergente ao mais desenvolvido	0,63	Convergente ao mais desenvolvido
	Assis Brasil	0,56	Convergente ao mais desenvolvido	0,55	Convergente ao mais desenvolvido
	Brasiléia	0,62	Convergente ao mais desenvolvido	0,53	Convergente ao mais desenvolvido
	Bujari	- 0,05	Divergente do mais desenvolvido ou estagnado	0,53	Convergente ao mais desenvolvido
	Capixaba	0,14	Tendendo à convergência	0,62	Convergente ao mais desenvolvido
	Epitaciolândia	0,48	Convergente ao mais desenvolvido	0,47	Convergente ao mais desenvolvido
	Plácido de Castro	0,34	Convergente ao mais desenvolvido	0,53	Convergente ao mais desenvolvido
	Porto Acre	- 0,01	Divergente do mais desenvolvido ou estagnado	- 0,15	Divergente do mais desenvolvido ou estagnado
	Rio Branco	1,43	Convergente ao mais desenvolvido	0,91	Convergente ao mais desenvolvido
	Senador Guimard	0,56	Convergente ao mais desenvolvido	0,53	Convergente ao mais desenvolvido
	Xapuri	1,15	Convergente ao mais desenvolvido	0,69	Convergente ao mais desenvolvido

Fonte: Resultados da pesquisa com base em dados do IBGE (2020a) e IPEADATA (2020).

De acordo com os resultados da pesquisa, os municípios de Plácido de Castro, Pauini e Xapuri têm baixo PIB *per capita* e estão envoltos a municípios vizinhos contíguos com elevada produção agrícola, prejudicando a formação do PIB *per capita* desses, e consequentemente, suas variáveis socioeconômicas. Ademais, as atividades secundárias e terciárias de Rio Branco impactam negativamente no PIB *per capita* dos municípios vizinhos no qual estão instaladas, pois não estimulam o espraçamento do setor terciário em direção aos municípios periféricos mais próximos, além do baixo nível de industrialização do estado do Acre, não gerando empregos e renda formais que possam impactar espacialmente seus vizinhos contíguos, em relação ao PIB *per capita*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse texto analisou a atratividade e a disparidade no desenvolvimento socioeconômico dos municípios que compõem as Mesorregiões Diferenciadas Alto do Solimões e Vale do Rio Acre, ambas localizadas na porção ocidental do espaço da Amazônia legal brasileira. O procedimento metodológico utilizado foi o documental/bibliográfico e o período de análise foi de 2005 a 2016, em função da disponibilidade das informações para todos os indicadores. Os indicadores utilizados foram o Indicador de Centralidade e o Indicador de Disparidade, estimados a partir de dados do PIB, população e o IFDM.

O estudo em si não pretendeu avaliar os resultados definitivos e amplos do PROMESO. Contudo, os achados de pesquisa contribuem para o planejamento de ações de políticas públicas para o desenvolvimento regional. Cabe lembrar que a identificação de demandas frente à problemática regional na Amazônia

ocidental estimula a articulação efetiva da sociedade em prol de superar desequilíbrios socioeconômicos, integrando fomento e ativos específicos, como o capital humano e social, por meio de parcerias e redes de cooperação. Além disso, os dados e os resultados apresentados também servem de subsídio às ações de planejamento, pois são um diagnóstico preliminar do atraso e do avanço das municipalidades em relação às variáveis estudadas.

Nesse sentido, identificou-se que o desenvolvimento socioeconômico das Mesorregiões Diferenciadas da Amazônia ocidental foi demarcado por mudanças na estrutura produtiva e social dos municípios, pois alguns melhoraram sua atratividade e diminuíram as disparidades no desenvolvimento socioeconômico em relação à Mesorregião Diferenciada. Contudo, ainda é baixa a qualidade de vida expressa, como pode se visualizar nos indicadores sociais e econômicos, quando comparados inter e intrarregionalmente.

Na Mesorregião do Alto Solimões, apesar do destaque para o município de Tabatinga (AM) em termos econômicos e populacionais, ocorreu uma maior convergência em termos de desenvolvimento econômico. Os municípios mais pobres conseguiram melhorar seus indicadores e se aproximar dos municípios com melhores posições no desenvolvimento municipal. No entanto, a dimensão emprego e renda apresentou a maior fragilidade. Considerando que a manutenção da melhora nas dimensões educação e saúde depende das condições de arrecadação, gastos públicos e programas gerenciados pelas municipalidades, então se faz necessária ações para melhorar o desempenho da dimensão emprego e renda ao longo do tempo.

Na Mesorregião Vale do Rio Acre, a polarização de Rio Branco é bem significativa, mas alguns municípios na linha de fronteira conseguiram se beneficiar de fatores logísticos e investimentos na agricultura familiar. Mesmo assim, essa Mesorregião demonstrou uma centralidade

significativa favorável a Rio Branco. No caso, políticas públicas que estimulem a agroindústria familiar, as empresas locais e a atratividade de negócios em diferentes áreas se fazem necessárias.

Embora a tendência seja que esses municípios com alto grau de centralidade sejam mais beneficiados do que os demais municípios do entorno da Mesorregião Diferenciada Alto do Solimões e do Vale do Rio Acre, por meio da identificação dos lugares centrais e dos níveis de centralidade, é possível definir ações e elencar prioridades para o atendimento das necessidades de cada município. Sendo assim, sugere-se a elaboração e a integração de ações de planejamento que visem a políticas públicas mais assertivas e céleres entre as regiões complementares e o lugar central. O objetivo dessas ações é a redução das desigualdades socioeconômicas, inter e intrarregionais, bem como a geração de riquezas com equidade social. Desse modo, concatenando os principais objetivos do PROMESO, qual seja: promover a autonomia e a sustentabilidade de espaços sub-regionais sob as diretrizes que estimulem a organização social, o desenvolvimento dos potenciais endógenos e o fortalecimento das bases produtivas.

Por fim, recomendam-se mais pesquisas tendo como objeto de estudo essas Mesorregiões, em especial, focando o ente municipal. As regiões mais distantes da Amazônia Ocidental ainda carecem de dados e informações mais detalhadas e em série histórica que permitam inferir em ações e políticas de desenvolvimento.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos especiais ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), pelo apoio às atividades que resultaram nesse texto, por meio do Edital Universal.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, E. F. Políticas públicas e (in) sustentabilidade social: o caso de

comunidades da várzea do Alto Solimões, Amazonas. *In*: LIMA, D. (org.).

Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões:

perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade. Manaus: IBAMA Pró-Várzea, 2005.

ALVES, L. Região, urbanização e polarização *In*: PIACENTI, C.; FERRERA DE LIMA, J.; EBERHARDT, P. H.

Economia & Desenvolvimento Regional.

Foz do Iguaçu: Editora Parque Itaipu, 2016.

AMARAL, J. A.; FERRERA DE LIMA, J. Crescimento do emprego formal nos municípios do Acre. **Desafios - Revista Interdisciplinar**, v. 5, n. 3, p. 3-19, 2018.

BENKO, G. Desenvolvimento Regional e Indústria de Alta Tecnologia: Um estudo das dinâmicas locativas. **Finisterra**, v. 28, n. 55-56, p. 73-100, 1993.

BEUSCHI FILHO, L.; ABRAMOVAY, R. Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais. **Nova Economia**, n. 14, v. 3, p. 35-70, 2004.

BIDARRA, B. S.; FERRERA DE LIMA, J. A Concentração Industrial e Terciária no Paraná. **Anais do V Encontro de Economia da UEPG**, 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Portaria Nº 954, DE 24 de Novembro de 2010**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Regional, 2010.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais**: PROMESO. Brasília, 2009.

CALEGARE, M. G. A.; HIGUCHI, M. I. G.; PORTO, M. L. S. G.; LIMA, M. B. D. F.; FEITOSA, R. M.; ACOSTA, R. Caracterização social da Resex do Rio Jutai. *In*: HIGUCHI, M. I.; FREITAS, C.

C.; HIGUCHI, N. (org.) **Morar e Viver em Unidades de Conservação no Amazonas**. Manaus, p. 161-188, 2013.

CARVALHO, D. A. **Na curva do rio onde o pirarucu e a cidade se mesclam**: um estudo sobre o papel da cidade de fonte boa na rede urbana da calha do Rio Solimões/AM. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, 2010.

CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**. Englewood Cliffs. New Jersey: Prentice-Hall, 1966.

CORTÉS, J. J. C.; REIS, R.; RAPOZO, P. Perfil indígena dos municípios do Alto Solimões-AM/Brasil e dos departamentos da Amazônia colombiana. **Cadernos de Estudos Socioambientais**, v. 1, n. 1, 2020.

ENDLICH, A. M. Novos referenciais de desenvolvimento e planejamento territorial: possibilidades para as pequenas cidades? **Revista Redes**, v. 12, n. 2, p. 05-35, 2007.

FERRERA DE LIMA, J. The Brazilian Policy of Regional Development. **Working paper nº 02**. Center for Regional Development (NDR). Toledo city: UNIOESTE, 2020. DOI: 10.13140/RG.2.2.16770.63682

FERRERA DE LIMA, J. Pôles, polarização et la diffusion du développement régional: notas de recherches. **Revue Organizations & Territoires**, v. 25, n. 2, p. 75-80, 2016.

FERRERA DE LIMA, J.; EBERHARDT, P. H. Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul: perfil locacional do desenvolvimento regional. **Revista Redes**, v. 15, n. 2, p. 134-151, 2010.

FREITAS, A. P. G.; LIMA, V. A. Políticas públicas integradas para promoção do desenvolvimento territorial da

Amazônia. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 13, n. 25, p. 239-272, 2020.

FIGUEIREDO, A. T. L. **Uma abordagem pós-keynesiana para a teoria da localização**: análise da moeda como um fator determinante na escolha locacional das empresas. Tese de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Economia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2009.

FIRJAN. Federação das Indústrias do estado do Rio de Janeiro. **Publicações FIRJAN**: Pesquisas e Estudos Socioeconômicos, 2020. Disponível em: <http://publicacoes.firjan.org.br/>. Acesso em: 08 out. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HADDAD, P. Capitais intangíveis e desenvolvimento regional. **Revista de Economia**, v. 3, n. 3, p. 119-146, 2009.

HOUARD, J.; MARFOUK, A. Portrait socio-économique des régions européennes. In: BEINE, M.; DOCQUIER, F. (org.). **Croissance et convergence économiques des régions : théorie, faits et déterminants**. Bruxelles: De Boeck Université, p. 19-53, 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas Populacionais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 08 out. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto**. Rio de Janeiro:

IBGE, 2020b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 08 out. 2020.

IPEADATA. Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas. **Dados população macrorregional**. Brasil, 2020. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx> Acesso em: 28 agos. 2020.

JAKOB, E. A. A. A migração internacional na Amazônia brasileira. **Informe GEPEC**, v. 15, n. 3, p. 422-442, 2011.

JOYAL, A. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial: uma comparação Québec - Brasil (1960-2010). **Informe GEPEC**, v. 23, edição especial, p. 191-209, 2019.

KOHLER, R. A macroeconomia como método de análise para diagnosticar e planejar intervenções na economia local. **Informe GEPEC**, v. 17, n. 2, p. 57-69, 2013.

KUHN, D. D. Desenvolvimento Rural: afinal, sobre o que estamos falando? **Revista Redes**, v. 20, nº 2, p. 11 - 30, 2015.

LÖSCH, A. **The economics of location**. New Haven: Yale University Press, 1954.

MARSHALL, A. **Princípios de economia**: tratado introdutório. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MORAES, A. De O.; SCHOR, T.; GOMES, J. A. A. O mercado de bagres e a configuração da rede urbana no Alto e Médio Solimões, Amazonas, Brasil. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 32, p. 93-110, 2010.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1965.

NASCIMENTO, G. C.; CARVALHO, L. A.; dos SANTOS, J. C. Avaliação

econômica do sistema de produção de banana comprida na região do Vale do Acre. In: **Anais do Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, Rio Branco: UFAC, 2008.

PERROUX, F. O conceito de pólo de desenvolvimento. In: SCHWARTZMAN, J. **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/CETEDRE – MINTER, 1977.

PETRY, J. F.; UCHÔA, A. G. F.; MENDONÇA, M. B.; LIMA MAGALHÃES, K.; BENCHIMOL, R. M. B. The creative economy: an ethnographic framework for handcrafts in the Alto Solimões region of the Brazilian Amazon. **International Journal of Social Economics**, 2020.

RAIHER, A. P.; FERRERA DE LIMA, J.; OSTAPECHEN, L. A. P. Crescimento econômico regional no Sul do Brasil. **Revista de Economia e Agronegócio**, v. 15, n. 2, p. 224-249, 2017.

REIS, R.; COMAPA, D.; WADICK, A. A. CASTRO, A. I. ; RAPOZO, P. Povos indígenas do Vale do Javari e o perfil sociodemográfico na cidade de Atalaia do Norte-AM. **Cadernos de Estudos Socioambientais**, v. 1, n. 1, p. 01-31, 2020.

RESENDE, G.; MONTEIRO NETO, A.; MAGALHÃES, J. C. R.; COSTA, R SOUSA, A.; ; SILVA, D. U. Uma proposta de avaliação continuada dos instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). In: RESENDE, G. (Org.) **Avaliação de políticas públicas no Brasil: uma análise da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)**, v. 3. Brasília: IPEA, 2017.

RIPPEL, R.; RIPPEL, V.; MICHELON, M. População economicamente ativa e

chefes de familiares imigrantes no Oeste do Paraná. **Informe GEPEC**, v. 15, n. 3, p. 107-127, 2011.

RUBIM, D. S. **Traçando novos caminhos: ressignificação dos Kokama em Santo Antonio do Içá, Alto Solimões – AM**. 2016. 132 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

OLIVEIRA, O. F.; FERRERA DE LIMA, J. Desenvolvimento regional diferenciado no Seridó brasileiro. **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho (RERUT)**, v. 10, nº 01, p. 129-150, 2021. DOI: 10.21680/2316-5235.2021v10n1ID23796.

SANCHEZ-AREVALO, J. L.; MERLO, E. M. Social-economic Analysis of Physical Integration between Brazil and Peru: focus for the regions linked to the interoceanic highway. **International Journal of Economics and Financial Issues**, v. 10, n. 3, p. 102-110, 2020.

SANTOS JR., S.; WAQUIL, P.; FISCHER, A.; SEHNEM, S. A agroindústria rural como geradora de renda: perscrutando fatores intervenientes. **Informe GEPEC**, v. 15, n. 1, p. 129-146, 2011.

SILVA, L. L. S. Certos aspectos da economia em cidades de zona de fronteira: o caso das cidades gêmeas de Brasília, Epitaciolândia e Cobija. **Geografia em Questão**, v. 10, n. 1, 2017.

SILVA, A.C.; FERRERA DE LIMA, J. O Conceito de ruptura estrutural no desenvolvimento econômico regional. **Pensamento Plural**, n. 15, p. 133-149, 2014.

STAMM, C.; FERRERA DE LIMA, J.; SANTOS, M. S. dos. Polarização e população: apontamentos teóricos. **Acta**

Scientiarum Human and Social Sciences,
v. 39, n. 1, 2017.

WILLERS, E. M. Estratégia de
desenvolvimento econômico: do regional

ao local. *In:* PIACENTI, C.; FERRERA
DE LIMA, J.; EBERHARDT, P. H.
Economia & Desenvolvimento Regional.
Foz do Iguaçu: Editora Parque Itaipu,
2016.

ⁱ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (PGDRA) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Graduada em Gestão de Turismo e Mestre em Turismo pelo Instituto Federal de Sergipe (IFS).

ⁱⁱ Doutor em Desenvolvimento Regional (UQAC/Canadá). Professor dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (PGDRA) e Economia (PGE) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Bolsista PQ -CNPQ e da Fundação Araucária (FAPPR-PR).